

SOLUÇÕES
EM EFICIÊNCIA
ENERGÉTICA

Alameda Caiapós, 900
Tamboré – Barueri – SP
CEP 06460-110 | (11) 3018 4600

ALPER

Ao

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LEME-SP.

EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 011/2025

ALPER ENERGIA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **09.388.615/0001-01**, com sede na Rua: Alameda Caiapos, 900, Tamboré, Barueri - SP, CEP: 06460-110, endereço eletrônico: carlos.sanjar@alper.com.br, representada neste ato por seu representante legal, Carlos Lavini Sanjar, CPF: 282.187.708-01, vem, respeitosamente perante Vossa Senhoria, apresentar com fundamento na **Lei 14.133/21 e do edital ITEM 4.19 a IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, conforme expõe, fundamenta e requer a seguir:

DA TEMPESTIVIDADE

A presente é tempestiva, pois a abertura dos envelopes está prevista para o dia **18/08/25**, o edital prevê até **3º dia úteis** anteriores a data de abertura para impugnação, logo conclui-se que a impugnação do recorrente é tempestivo.

A garantia constitucional ilustra que qualquer decisão proferida em processo administrativo deve, necessariamente, sob pena de nulidade, observar o *devido processo legal*, garantindo, sempre, o contraditório e a ampla defesa, assegurando a todos o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos e ilegalidade.



DA PRELIMINAR

A impugnante é empresa prestadora de serviços operacionais de iluminação Led em órgãos públicos e privados, muito conhecida no meio em que atua. Assim, deseja participar da licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 011/2025**.

Ocorre que, ao analisar o edital do certame verificou-se, possível direcionamento e algumas irregularidades nas exigências, tais como; a proibição de refrator em vidro, PERMITINDO apenas a lente em policarbonato, seja, a exposição do policarbonato em aplicações a iluminação pública, onde o ambiente é considerado severo, contendo altos índices poluentes, gases e altas temperaturas, observa-se a oxidação acelerada do policarbonato, tornando o material amarelado entre outras que será demonstrado logo abaixo:

O anexo do edital – Termo de Referência o item 4.1.5.1. Informações A Serem Verificadas Junto Ao Catálogo: características mecânicas: Lente Policarbonato com retardante UV fechando todo o conjunto óptico, **não serão aceitas luminárias com refrator secundário em vidro.**

Observa-se que a refrator em vidro tem a proteção e durabilidade superiores as luminárias com lente em policarbonato.

Ocorre, que o presente edital deve ser rígido pelas regras da nova lei de licitações nº14.133/2021, sob pena de nulidade.

Ocorre que, como se vê no excerto no edital (especificações técnicas dos materiais), tais exigências são prejudiciais para a população e para o município.

Se não vejamos:

Os refratores em policarbonato utilizadas em luminárias públicas necessitam de proteção contra raios UV, que por sua vez são exigidos nos ensaios laboratoriais para a certificação conforme as portarias do INMETRO 62/2022. Entretanto o policarbonato também pode ser afetado por fatores ambientais, como calor, umidade e

ALPER

poluentes, que podem acelerar o processo de amarelamento comprometendo sua capacidade de transparência e cor original, consequentemente comprometendo seu fluxo luminoso.

Diversos estudos e ensaios laboratoriais apontam que lentes em policarbonato sofrem alterações físicas com o tempo, o que diminui a vida útil prática do conjunto, mesmo que o LED interno mantenha seu desempenho original, ou seja mesmo que uma luminária comprove vida útil de 90.000h em L70 tal ensaio é realizado levando em consideração apenas os componentes elétricos, e não a deformação e amarelamento da lente/difusor exposta as intempéries, que no caso do policarbonato ira ocorrer independente das proteções aplicadas, prejudicando assim a vida útil real do equipamento.

Desta forma, a exposição do policarbonato em aplicações a iluminação pública, onde o ambiente é considerado severo, contendo altos índices poluentes, gases e altas temperaturas, observa-se a oxidação acelerada do policarbonato, tornando o material amarelado. A portaria INMETRO 62/2022 permite o uso de refratores em vidro e policarbonato, desde que atendam aos critérios de avaliação para certificação INMETRO e PROCEL, condição esta essencial para ampla competitividade do processo.

A utilização do difusor em vidro temperado concede uma camada extra de proteção, que impede tais deformações e amarelamientos, mantendo a vida útil real do equipamento mais próxima da medida em laboratório.

Além disso, a deformação do policarbonato pode comprometer a vedação da luminária, resultando na perda do grau de proteção IP e no consequente ingresso de poeira ou umidade no equipamento causando danos que não serão cobertos pela garantia.

O impugnante esclarece que as exigências em policarbonato não pode restringir que o refrator seja de vidro, atendendo a Portaria INMETRO 62/2022 .

Atualmente no mercado de iluminação em LED a grande maioria dos municípios tem solicitado em seis editais as lentes de vidro em vez da lente de policarbonato

ALPER

Assim requer seja corrigido a redação no referido edital sob pena de nulidade e não atendimento ao interesse público.

Assim, requer seja corrigido tal exigência conforme prevê a norma Portaria INMETRO 62/2022.

Todavia, conforme o objeto da licitação, a intenção do órgão público é selecionar maior número de empresas com capacidade técnica de instalar um determinado número de equipamentos e fornecimento de matérias e luminárias LED, desta forma a iluminação deve seguir o padrão de exigências previsto na Portaria INMETRO 62/2022, sob pena que violar os princípios que regem as licitações públicas previstas no art. 37 da CF/88 e o demais artigos da lei 14.133/21, com destaque à supremacia do interesse público na busca da proposta mais vantajosa.

**Exigência excessiva de grau de proteção IP67.
IP67: Proteção contra imersão temporária – incompatível com a
natureza do objeto licitado**

Anexo do edital – Termo de Referência item 4.4 apresenta características mecânicas prevê que:

“Grau de proteção no mínimo IP-67 (Ingress Protection): A luminária, incluindo todo o seu conjunto óptico, compartimento e o driver deve possuir grau de proteção IP 67, no mínimo;

Observa-se que o caderno técnico exige que tanto o corpo da luminária quanto seus componentes internos atendam ao **grau de proteção IP67**. Tal exigência se mostra demasiadamente excessiva e tecnicamente inadequada por dois motivos:

PRIMEIRO: O grau de proteção IP67 se refere à **proteção contra imersão temporária em água**, o que não se aplica as luminárias que serão instaladas em postes, ou seja, fora de ambientes sujeitos à submersão.

ALPER

O grau de proteção IP67 é previsto para equipamentos que necessitam de proteção contra submersão temporária em água, conforme estabelece a norma NBR IEC 60529. Todavia, luminárias públicas não são submetidas a imersão, uma vez que são instaladas em alturas superiores a 6 metros.

A própria **Portaria INMETRO nº 62/2022** estabelece como grau de proteção mínimo o **IP66**, que já assegura proteção contra poeira e jatos potentes de água – sendo plenamente suficiente para instalações externas.

SEGUNDO: Exigir **IP67 para os dois elementos (corpo e componentes)** é um excesso de exigência e pode elevar desnecessariamente os custos da proposta, além de restringir a participação de fornecedores cujos produtos atendem perfeitamente às normas e às condições reais de uso.

No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar estas restrições e ilegalidades que maculam o certame, sendo considerada abusiva.

A submersão temporária em água, conforme estabelece a norma NBR IEC 60529. Todavia, luminárias públicas não são submetidas a imersão, uma vez que são instaladas em alturas superiores a 6 metros.

A exigência tecnicamente adequada para o objeto é o grau IP66, que já oferece proteção total contra poeira e jatos potentes de água, cobrindo plenamente as condições de instalação em ambientes externos.

IP66: Proteção contra poeira e jatos de água – suficiente e adequado para luminárias públicas

Ocorre que tal exigência desborda do mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, conduzindo à restrição ilegal da licitação.

ALPER

Em relação aos itens exigidos no edital observa-se que os responsáveis desconhecem os critérios normativos aplicáveis. Assim extrai-se o seguinte excerto para fins de instrução da presente impugnação

IP	
O primeiro dígito mostra o nível de proteção contra objetos sólidos	O segundo dígito mostra o nível de proteção contra líquidos
0 Sem Proteção	0 Sem Proteção
1 Protegido contra objetos sólidos até 50mm	1 Protegido contra gotas que caiam na vertical
2 Protegido contra objetos sólidos até 12mm	2 Protegido contra gotas verticais com corpo inclinado a 15°
3 Protegido contra objetos sólidos até 2.5mm	3 Protegido contra borriso de água
4 Protegido contra objetos sólidos até 1mm	4 Protegido contra jorro de água
5 Protegido contra poeira, entrada limitada	5 Protegido contra jatos de água
6 Total proteção contra poeira	6 Protegido contra jatos potentes de água
	7 Protegido contra imersão temporária em água de até 1 metro por 30 minutos
	8 Protegido contra a imersão contínua em água

Outrossim, o edital está descrito de uma forma que exige os descritivos extremamente específicos, como eficiência luminosa de 190lm/w, existindo pouquíssimos

ALPER

fornecedores que possuem tal eficiência e simultaneamente Grau de proteção IP67 da mesma forma.

A exigência de eficiência luminosa mínima de 200 lm/W está muito acima do praticado atualmente no mercado nacional para luminárias públicas de médio e alto porte, principalmente quando se impõe, ao mesmo tempo, a obrigatoriedade de.

As luminárias com eficiência superior a 160 lm/W já são consideradas de alta performance, conforme práticas consolidadas em compras públicas e diretrizes técnicas da ANEEL e da Procel.

A exigência de 200 lm/W, associada às demais restrições, cria uma combinação tecnicamente incompatível com a realidade dos produtos disponíveis no mercado nacional, cabe ressaltar que atualmente um único fornecedor possui luminária certificada pelo procel com eficiência de 200 lm/w (ILUMITECH). Todavia, a mesma não atenderia ao edital, tendo em vista que conforme o site do procel a mesma não possui grau de proteção IP67.

Junta neste ato a pesquisa no site do Procel e dos catálogos técnicos.

Desta fora, requer seja alterado o edital para fazer contar as seguintes exigências, que são comuns no mercado e várias empresas atendem, possibilitando assim uma ampla concorrência.

Temperatura de cor: 4.000 K (manter)

Grau de proteção: **IP66 e IK09**

Fator de potência: $\geq 0,95$ (manter)

Vida útil: ≥ 90.000 horas (manter)

Permitir uso de refrator em vidro temperado plano

Eficiência luminosa mínima: 160 a 190 lm/W

Selo Procel (manter)



DO DIREITO

Os princípios que regem as licitações públicas vêm insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como bem como na da Lei nº. 14.133/21, com destaque à supremacia do interesse público na BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

Trata-se de um dever do agente. Deve-se processar e julgar a licitação de maneira honesta, de acordo com os interesses da Administração Pública, possuindo um comportamento consoante com as regras de boa administração e com a idéia comum de honestidade no seu modo de proceder respeitando todos os princípios da Administração Pública e dos Processos Licitatórios:

- a. Princípio da Legalidade
- b. Princípio da Igualdade
- c. Princípio da Impessoalidade
- d. Princípio da Moralidade
- e. Princípio da Publicidade
- f. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório
- g. Princípio do Julgamento Objetivo
- h. Princípio da Proibição Administrativa

A nova Lei de licitações, em seu **Art. 5º e art. 9º inciso – I, letra “a”** ao dispor sobre o edital e objeto licitado, previu expressamente que:

Assim prevê o **Art. 5º da Lei 14.133/21 *in verbis***:

ALPER

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Além do **Art. 9º inciso – I, letra “A” da Lei 14.133/21 *in verbis*:**

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

Embora o artigo 41 inciso e seus incisos da Lei 14.133/2021 permitam a excepcionalidade, requer o cumprimento de alguns requisitos do artigo 6º da Lei 14.133/2021.

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I – indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

II – exigir amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação permanente, na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro

ALPER

de preços, desde que previsto no edital da licitação e justificada a necessidade de sua apresentação;

III – vedar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual;

IV – solicitar, motivadamente, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

E o fato é que a Lei nº 14.133/2021 trouxe as seguintes inovações, para todos os entes públicos:

*"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
(...)*

XX – estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

(...)

XXIII – termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

(...)

b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

(...)

XXIV – anteprojeto: peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, que deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:

ALPER

(...)

g) projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção proposta;

(...)

XXV – projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

(...)

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I – a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

(...)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

(...)

V – levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;



(...)”. (os grifos não são do original).

A nova lei de licitações previu ainda no seu artigo 42 a prova de produto similar, se não vejamos:

Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:

I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;

II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;

III - certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

§ 1º O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

§ 2º A Administração poderá, nos termos do edital de licitação, oferecer protótipo do objeto pretendido e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras do licitante provisoriamente vencedor, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar contrato.

§ 3º No interesse da Administração, as amostras a que se refere o § 2º deste artigo poderão ser examinadas por instituição com reputação ético-profissional na especialidade do objeto, previamente indicada no edital.

A empresa licitante, a fim de que o município de Vargem atenda os princípios da administração pública, **requer a impugnação a exigência de refrator somente com lente de policarbonato permitindo que seja ofertado a lente em vidro como prevê a Portaria INMETRO 62/2022 e que IP66 e IK09 seja aceito conforme Portaria INMETRO 62/2022 e que seja alterado a eficiência luminosa mínima para 160 a 190 lm/W.**

ALPER

:

A nova lei colocou em ponto de partida, antes de se tratar de características, marcas, modelos e especificações de objeto, o estudo em face da demanda, não se aceita mais o edital, o termo de referência/memorial descritivo ou caderno técnico que nasce pronto e como documento criado de forma autônoma, observa-se que as mesmas exigências já foram encontradas em outros editais no Estado de SP, fica em tese evidente que alguns municípios estão copiando editais viciados de outros municípios.

Portanto, qualquer vedação a que não disponha de motivação técnica/jurídica **suficiente a justificar a especificação técnica torna-se ilegal e abusiva.**

Ou seja, tem-se evidenciada uma restrição infundada, em tese o direcionamento do certame será inevitável, o que é amplamente vedado pelos tribunais:

REPRESENTAÇÃO. PEDIDO CAUTELAR, SUPOSTA IRREGULARIDADE CARACTERIZADA POR RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE CAUSADA POR DISPOSITIVO DO EDITAL. SUSPENSÃO CAUTELAR DA LICITAÇÃO. REFERENDO. (TCU, ACÓRDÃO 432/2019 ATA 6/2019 - PLENÁRIO, Relator(a): RAIMUNDO CARREIRO, Data da sessão: 27/02/2019, #73201083).

Devendo haver uma grande atenção em todas as suas cláusulas, visando evitar que seus vícios possam prejudicar o andamento do processo licitatório, **recomendando-se a obtenção de informações detalhadas de quem realmente entende do ramo do objeto que se deseja licitar,** visando definir corretamente as suas exigências técnicas, observando-se, também, que não se deve esquecer do **tratamento de igualdade** que deve ser dado para todos os participantes e que a minuta do edital deve ser examinada previamente pela equipe técnica de engenheiros eletricitas e a assessoria jurídica da administração, segundo exigência contida no artigo 53 §1º da Lei 14.133/21.

O **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, também já se manifestou por diversos de seus Ministros, sobre as condições de igualdade, vejamos:

“...Por outro lado, a igualdade de condições nas licitações é princípio de estatura constitucional (art. 37, XXI CF). Deste princípio geral decorre o da

ALPER

competitividade, previsto no mesmo dispositivo constitucional (somente serão permitidas as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações) e no art. 3 §1º, I art. 31, I da Lei nº 8666/93. **Por isso a competição não poderá ser restringida, sob pena de nulidade de todo o processo licitatório.**

Com efeito, o edital é soberano quando elaborado conforme determina a lei, estando a autoridade administrativa estritamente vinculada aos termos do instrumento de certame. O edital desde que legal, deveria ser o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, entretanto os atos praticados no curso da licitação violaram os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como legalidade, moralidade, isonomia e concorrência, lembrando que a vinculação não é absoluta, configurando ilegalidade a obediência desmedida, em detrimento aos princípios da legalidade, razoabilidade e isonomia.

O vício de irregularidade no edital, acarreta nulidade dos atos praticados, se mantida será **derrubada judicialmente**, conforme as inúmeras jurisprudências neste sentido.

Os Tribunais de Justiça e as jurisprudências, além de considerar ilegal entende que o futuro contrato administrativo padece de nulidade absoluta e, mais grave, que o gestor que, através deste expediente, dolosamente frustra a competitividade do certame, comete improbidade administrativa (além de delito penal, ex vi do art. 178 / art 337, da Nova Lei de Licitações):

Portanto, sempre que o objeto licitado for marcadamente vultuoso ou de composição complexa e homogênea, o ente licitante **deverá obrigatoriamente admitir a participação de várias empresas no certame.** Em outras palavras, tem-se que o ordenamento jurídico brasileiro e o seu conjunto de princípios informadores **impõem a proibição ao direcionamento – sob pena de restar asfixiado o princípio da competitividade e, em algumas circunstâncias, a própria licitação acabar convertida em procedimento inidôneo e ineficaz.**

ALPER

Considerando-se como certo não ser a intenção da Administração impedir a ampla concorrência no certame, a **alteração do edital para fins de adequá-lo à realidade de mercado das empresas licitantes é medida de ordem e legalidade.**

Assim, considerando a Supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância, com fundamento do art. 71 da lei 14.133/21, a prerrogativa de autotutela da Administração Pública de rever seus próprios atos para alcançar aspectos de legalidade, e que tem o dever de obedecer à lei e verificar a presença dos pressupostos de validade dos atos que pratica.

DA SEGURANÇA JURÍDICA DO ARTIGO 5º, INCISO XXXVI.

Não obstante a Segurança Jurídica é amplamente resguardada pela CF/88 no seu art. 5, inc. XXXVI, o qual preconiza a administração a respeitar o ato jurídico perfeito.

A administração pública, tem limites no seu poder de atuar, sob pena de ferir um dos princípios que é basilar no sistema constitucional brasileiro, o da Segurança Jurídica.

Ademais, existem limites lógicos, antológicos e semânticos que o administrador público não pode transpor, sob pena de agredir o mais fundamental dos princípios.

Contudo, os cidadãos brasileiros, sentem-se amparados e confiantes na aplicação das normas no sistema jurídico, desde que seja respeitado o Princípio da Segurança Jurídica.

É dever da Administração exercer a supervisão de seus atos, no sentido de coibir e corrigir eventuais disparates, de forma célere e com vistas a evitar reflexos negativos àqueles envolvidos com a sua atuação, com destaque à sociedade.

ALPER

Certamente que a ilegalidade apontada impactou negativamente no processo licitatório em andamento.

Diante de todo o exposto, requer seja dado provimento ao presente impugnação.

DO PEDIDO

Pelo exposto espera e requer a Vossa Senhoria a PROCEDÊNCIA da presente impugnação para que seja modificado EDITAL nos itens apontados, sob pena de grave restrição ao princípio da competitividade e possível direcionamento, para garantir a competitividade do processo licitatório, hoje prejudicada, restabelecendo a competitividade do certame.

E ainda, **Requer**, o recebimento da presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, para a reforma do Edital em epígrafe dos itens (O anexo do edital - Caderno Técnico), caso seja outro o entendimento, seja este anulado, dado o vício nele contido, possibilitando assim a manutenção da lisura e legalidade do certame.

Nestes Termos
Pede Deferimento.

Barueri, 12 de agosto de 2025.

ALPER ENERGIA S.A
09.388.615/0001-01

ROBERSON FIGUEIREDO DAS SILVA
OAB/PR 57.083